Revista Eletrônica
Acervo Saúde
Electronic Journal Collection Health ISSN 2178-2091

Transtornos mentais ocupacionais e seu impacto na saúde dos trabalhadores em Santa Catarina

Occupational mental disorders and their impact on workers' health in Santa Catarina

Trastornos mentales ocupacionales y su impacto en la salud de los trabajadores en Santa Catarina

Túlio Vulcão Colares[1], Gabrielle Moraes de Queiroz[2], Emili da Conceição Risuenho dos Santos[3], Rafaela Maria dos Santos Nascimento[3], Verônica Oliveira Rodrigues[3], Ian Costa Pinheiro[4], Sarah Jany Corrêa da Silva[4], Camila Maria Pantoja Silva[1], Jhemily de Nazaré Gonçalves e Silva[5].

RESUMO

Objetivo: Analisar a distribuição e o perfil sociodemográfico das notificações de transtornos mentais relacionados ao trabalho em Santa Catarina entre 2020 e 2024. **Métodos:** Estudo epidemiológico descritivo com análise de dados secundários de notificações de agravos relacionados à saúde mental ocupacional, coletados em bases oficiais. Foram avaliadas variáveis sociodemográficas, ocupacionais e diagnósticas, utilizando testes estatísticos para associação temporal. **Resultados:** Entre 2020 e 2024, foram notificadas 288 ocorrências de transtornos mentais relacionados ao trabalho em Santa Catarina, concentradas nas faixas etárias de 20-34 anos (40,97%) e 35-49 anos (42,01%). Observou-se aumento de casos de 43 para 87, com predominância feminina (72,57%) e maioria de trabalhadores brancos (70,83%). Houve crescimento significativo em pessoas pardas ($p < 0,0001$) e entre trabalhadores com ensino médio completo e superior completo ($p = 0,0146$). Transtornos neuróticos (CID F40–F48) foram os mais comuns, e Burnout cresceu de 3 para 25 casos. Faixa etária e sexo não apresentaram associação significativa ($p > 0,05$). **Conclusão:** O estudo evidenciou mudanças no perfil epidemiológico dos transtornos mentais relacionados ao trabalho, ressaltando a necessidade de políticas preventivas e vigilância contínua da saúde mental no ambiente laboral. A limitação está no uso de dados secundários, que podem conter subnotificação.

Palavras-chave: Transtornos mentais ocupacionais, Saúde mental, Vigilância epidemiológica, Síndrome de Burnout, COVID-19.

ABSTRACT

Objective: To analyze the distribution and sociodemographic profile of reported work-related mental disorders in Santa Catarina between 2020 and 2024. **Methods:** A descriptive epidemiological study analyzing secondary data on occupational mental health-related notifications collected from official databases. Sociodemographic, occupational, and diagnostic variables were assessed, using statistical tests for temporal associations. **Results:** Between 2020 and 2024, 288 cases of work-related mental disorders were reported in Santa Catarina, concentrated in the age groups of 20–34 years (40.97%) and 35–49 years

[1] Universidade Federal do Pará (UFPA), Núcleo de Medicina Tropical (NMT), Belém - PA.
[2] Universidade Federal de Jataí (UFJ), Jataí - GO.
[3] Universidade Federal do Pará (UFPA), Faculdade de Medicina (FAMED), Altamira - PA.
[4] Universidade da Amazônia (UNAMA), Ananindeua - PA.
[5] Universidade Federal do Pará (UFPA), Instituto de Ciências Biológicas (ICB), Belém – PA.

SUBMETIDO EM: 8/2025 | **ACEITO EM: 9/2025** | **PUBLICADO EM: 10/2025**

(42.01%). An increase in cases from 43 to 87 was observed, with a female predominance (72.57%) and a majority of white workers (70.83%). A significant rise was noted among mixed-race individuals ($p < 0.0001$) and workers with complete high school and higher education ($p = 0.0146$). Neurotic disorders (ICD F40–F48) were the most common, while Burnout cases increased from 3 to 25. Age group and sex showed no significant association ($p > 0.05$). **Conclusion:** The study revealed changes in the epidemiological profile of work-related mental disorders, highlighting the need for preventive policies and continuous mental health surveillance in the workplace. A limitation lies in the use of secondary data, which may be underreported.

Keywords: Occupational mental disorders, Mental health, Epidemiological surveillance, Burnout syndrome, COVID-19.

RESUMEN

Objetivo: Analizar la distribución y el perfil sociodemográfico de las notificaciones de trastornos mentales relacionados con el trabajo en Santa Catarina entre 2020 y 2024. **Métodos:** Estudio epidemiológico descriptivo con análisis de datos secundarios de notificaciones de problemas de salud mental ocupacional, recolectados en bases de datos oficiales. Se evaluaron variables sociodemográficas, ocupacionales y diagnósticas, utilizando pruebas estadísticas para asociaciones temporales. **Resultados:** Entre 2020 y 2024, se notificaron 288 casos de trastornos mentales relacionados con el trabajo en Santa Catarina, concentrados en los grupos de edad de 20–34 años (40,97%) y 35–49 años (42,01%). Se observó un aumento de casos de 43 a 87, con predominio femenino (72,57%) y mayoría de trabajadores blancos (70,83%). Hubo un crecimiento significativo en personas mestizas ($p < 0,0001$) y entre trabajadores con educación secundaria completa y superior completa ($p = 0,0146$). Los trastornos neuróticos (CIE F40–F48) fueron los más comunes, y el Burnout aumentó de 3 a 25 casos. La edad y el sexo no mostraron asociación significativa ($p > 0,05$). **Conclusión:** El estudio evidenció cambios en el perfil epidemiológico de los trastornos mentales relacionados con el trabajo, destacando la necesidad de políticas preventivas y vigilancia continua de la salud mental en el ámbito laboral. Una limitación es el uso de datos secundarios, que pueden estar subnotificados.

Palabras clave: Trastornos mentales ocupacionales, Salud mental, Vigilancia epidemiológica, Síndrome de Burnout, COVID-19.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, os transtornos mentais passaram a ocupar um lugar central nas discussões sobre saúde pública, especialmente no que se refere à saúde do trabalhador (KNUTH BS, et al., 2015; AHOLA K, 2007). A intensificação das jornadas, a instabilidade empregatícia, as metas inalcançáveis e a sobrecarga emocional têm contribuído significativamente para o aumento do adoecimento psíquico em diversos setores econômicos (KNUTH BS, et al., 2015; DANIELSSON L, et al., 2017). Nesse cenário, os transtornos mentais ocupacionais se configuram como um grave problema de saúde coletiva, exigindo atenção de autoridades sanitárias, gestores públicos e empregadores (KNUTH BS, et al., 2015)

Esses transtornos referem-se a alterações psíquicas desencadeadas, agravadas ou mantidas por condições adversas no ambiente laboral (BRASIL, 2022; BRASIL, 2025), como pressão psicológica, assédio moral, violência institucional, ritmo excessivo, falta de reconhecimento e fragilidade nas relações interpessoais (OMS, 2024). Os efeitos dessas condições são mais expressivos em indivíduos expostos continuamente ao estresse ocupacional (OMS, 2024).

Segundo a Classificação Internacional de Doenças (CID-10), diversos códigos podem ser relacionados a esses agravos (JACOB KS e PATEL V, 2014), com destaque para os transtornos neuróticos e relacionados ao estresse (F40-F48), transtornos do humor (F30-F39), como depressão e bipolaridade, e a Síndrome de Burnout (Z73.0) — uma das principais manifestações do sofrimento mental no trabalho (BENEDICTO RP, et al., 2013). Também se observam transtornos alimentares psicogênicos (F50-F59), transtornos de personalidade (F60-F69), alterações cognitivas e comportamentais (R40-R46), e agravos relacionados a

fatores psicossociais e socioeconômicos (Z55-Z65) (APA, et al., 2014). Muitas dessas condições ainda são subdiagnosticadas, em virtude da dificuldade de estabelecer nexo causal com o trabalho e da invisibilidade do sofrimento psíquico (GRANDÓN P, et al., 2019).

Em Santa Catarina, estado marcado por forte atividade industrial, agroindustrial e de serviços, o cenário é preocupante (STAMER JM, 1999). Fatores como pressão por produtividade, jornadas exaustivas, metas abusivas, assédio moral e insegurança no emprego atuam como gatilhos para o adoecimento mental (CAMPOS ICM, et al., 2012). A precarização das relações de trabalho e a ausência de suporte institucional dificultam tanto o diagnóstico precoce quanto a reabilitação dos trabalhadores afetados (MOSCONE F, et al., 2016; ROLLAND F, et al., 2022; ARTAL FJC e CABRERA CV, 2012).

Diante disso, este estudo teve como objetivo investigar os transtornos mentais ocupacionais registrados em Santa Catarina, com base nos dados do SINAN, analisando sua distribuição conforme variáveis sociodemográficas, ocupacionais e clínicas. Busca-se, assim, contribuir para o fortalecimento de estratégias eficazes de promoção da saúde mental no trabalho.

MÉTODOS

Este estudo caracteriza-se como um estudo epidemiológico, transversal, descritivo e analítico, com o objetivo de avaliar os transtornos mentais relacionados ao trabalho no estado de Santa Catarina. Os dados foram obtidos a partir do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), contemplando os registros disponíveis referentes a trabalhadores notificados por transtornos mentais ocupacionais.

Foram utilizados dados secundários provenientes do SINAN, acessados conforme os critérios estabelecidos pelos órgãos competentes para pesquisa epidemiológica. A população do estudo incluiu todos os indivíduos notificados por transtornos mentais ocupacionais no estado de Santa Catarina durante o período de 2020 a 2024. Casos duplicados, inconsistentes ou incompletos foram excluídos da análise.

As variáveis foram selecionadas de acordo com sua relevância epidemiológica e subdivididas nas seguintes categorias: faixa etária, sexo (masculino, feminino), raça/cor (branca, preta, parda, amarela, indígena, ignorado), escolaridade (sem escolaridade, ensino fundamental, médio, superior, ignorado), ocupação (classificação segundo a CBO – Classificação Brasileira de Ocupações), setor econômico (CNAE-Atividade Econômica) (setores industriais, serviços, comércio, entre outros), diagnóstico específico (segundo CID-10, capítulos relacionados a transtornos mentais e comportamentais) e ano de notificação.

Os dados foram extraídos e tratados utilizando softwares estatísticos adequados (BioEstat 5.0). Inicialmente, foi realizada uma análise descritiva das variáveis categóricas por meio de frequências absolutas e relativas.

Na etapa seguinte, foi realizada uma análise estatística, com o objetivo de verificar possíveis associações entre variáveis sociodemográficas (sexo, faixa etária, raça/cor e escolaridade) e os diagnósticos de transtornos mentais. Para essa finalidade, foi aplicado o Teste G de Independência, adotando-se um nível de significância de 5% ($p < 0,05$).

O estudo foi conduzido conforme as diretrizes da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, respeitando os princípios da ética em pesquisa envolvendo seres humanos. O uso de dados secundários do SINAN foi realizado em conformidade com as normas de sigilo e privacidade, não permitindo a identificação individual dos trabalhadores.

RESULTADOS

A distribuição dos casos de transtornos mentais relacionados ao trabalho por faixa etária apresentou uma maior concentração nos grupos etários de 20-34 anos (118 casos, 40,97%) e 35-49 anos (121 casos, 42,01%), representando juntos mais de 80% do total de notificações. As faixas etárias de 15-19 anos e 50-64 anos apresentaram menores frequências, com 5 (1,73%) e 44 (15,28%) casos, respectivamente.

Ao analisar a evolução dos casos ao longo dos anos, observou-se um aumento progressivo nas notificações, com crescimento expressivo entre 2020 (43 casos) e 2024 (87 casos). O grupo etário de 20-34 anos apresentou crescimento constante, passando de 22 casos em 2020 para 31 casos em 2024. De maneira semelhante, a faixa de 35-49 anos aumentou de 16 casos em 2020 para 40 casos em 2024.

O Teste G de independência foi aplicado para avaliar a associação entre as faixas etárias dos trabalhadores e os anos de notificação dos transtornos mentais ocupacionais no estado de Santa Catarina. A análise resultou em um valor de G = 10,4 com 12 graus de liberdade e um valor de p = 0,5819.

A correção de Williams, apresentou um valor de G = 9,6 com p = 0,6533. Ambos os resultados indicam ausência de associação estatisticamente significativa entre as variáveis (p > 0,05), sugerindo que a distribuição dos casos entre os anos analisados foi semelhante entre as diferentes faixas etárias.

A distribuição dos casos de transtornos mentais relacionados ao trabalho segundo o sexo revelou uma predominância do sexo feminino, com 209 casos (72,57%), enquanto o sexo masculino representou 79 casos (27,43%) do total de notificações.

Em 2020, foram registrados 28 casos femininos e 15 masculinos; já em 2024, os números aumentaram para 64 casos femininos e 23 masculinos, representando um crescimento de aproximadamente 128% entre as mulheres e 53% entre os homens. A maior discrepância entre os sexos ocorreu no ano de 2024, quando a razão de casos femininos para masculinos foi de aproximadamente 2,78:1.

A associação entre o sexo dos trabalhadores e os anos de notificação dos transtornos mentais ocupacionais foi avaliada por meio do Teste G. A análise revelou um valor de G = 2,4 com 4 graus de liberdade e um valor de p = 0,6571; . A correção de Williams apresentou G = 2,4 com p = 0,6637; , confirmando a ausência de associação estatisticamente significativa entre as variáveis (p > 0,05), sugerindo que a distribuição por sexo se manteve relativamente proporcional ao longo do tempo.

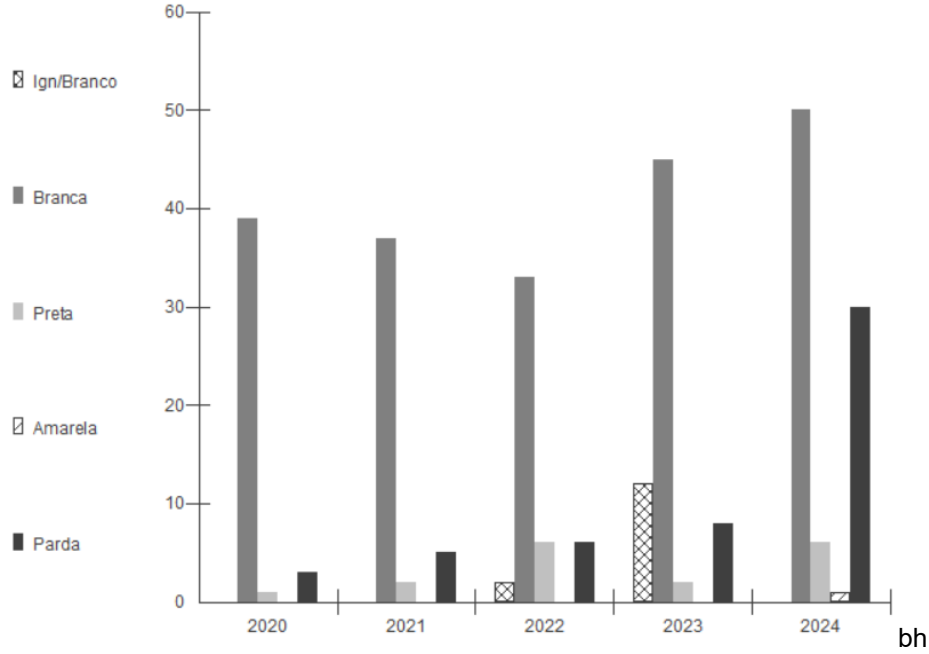
A distribuição dos casos de transtornos mentais relacionados ao trabalho segundo raça/cor evidenciou uma predominância de trabalhadores autodeclarados brancos, que representaram 204 casos (70,83%) do total de notificações. Em seguida, foram observados 52 casos (18,06%) entre pessoas pardas, 17 casos (5,90%) entre pretos, 1 caso (0,35%) entre amarelos e 14 casos (4,86%) cuja raça/cor não foi especificada ou foi classificada como "ignorada".

A análise temporal revelou que, ao longo dos anos, a predominância de casos entre pessoas brancas se manteve estável, com um aumento gradual, passando de 39 casos em 2020 para 50 em 2024. Entre os trabalhadores pardos, o número de notificações cresceu significativamente, saindo de 3 casos em 2020 para 30 em 2024, o que representa um aumento expressivo na participação desse grupo nas notificações.

Já entre trabalhadores negros, os números oscilaram ao longo dos anos, mas registraram um crescimento em 2022 e 2024, com 6 casos em cada ano. A população de cor amarela teve apenas um caso notificado em 2024, sendo a categoria com menor representatividade.

A análise da associação entre raça/cor e os anos de notificação dos transtornos mentais ocupacionais indicou um valor de G = 62,0625 com 16 graus de liberdade e um valor de p < 0,0001; , sendo corroborado pelo teste com a correção de Williams (G = 47,3; p < 0,0001;). Esses valores revelam uma associação estatisticamente significativa entre a raça/cor dos indivíduos e os anos de notificação (p < 0,05). Observou-se uma predominância consistente de notificações entre indivíduos autodeclarados brancos em todos os anos, com aumento expressivo de notificações entre pessoas pardas no ano de 2024.

Figura 1 - Distribuição anual dos casos de transtornos mentais ocupacionais segundo raça/cor (2020–2024).



Fonte: Colares TV, et al., 2025. Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN).

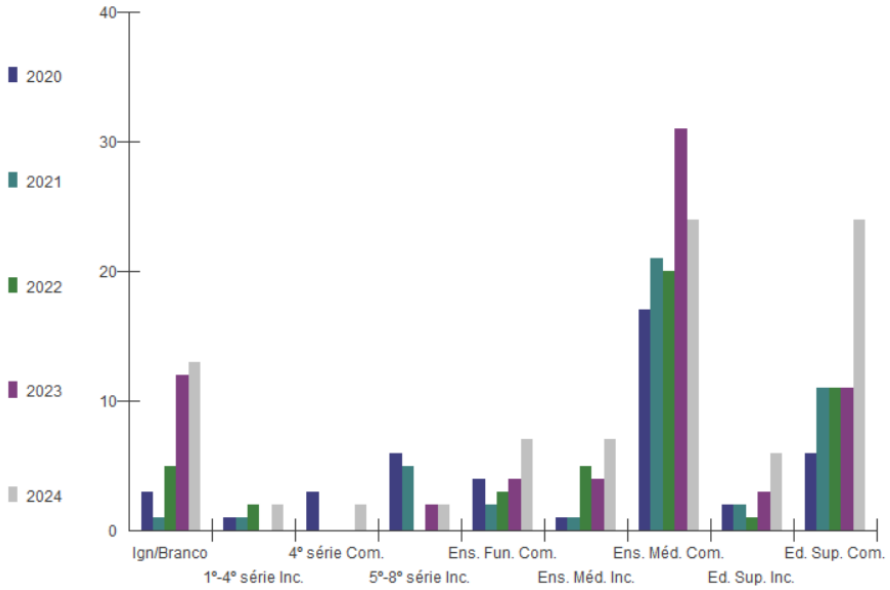
Observa-se predominância de notificações entre pessoas autodeclaradas brancas ao longo dos anos, seguidas por pessoas pardas e pretas. A análise da distribuição dos casos de transtornos mentais relacionados ao trabalho segundo a escolaridade revelou que a maior parte das notificações ocorreu entre trabalhadores com ensino médio completo, totalizando 113 casos (39,24%), seguidos por aqueles com educação superior completa, que somaram 63 casos (21,88%). Outros níveis de escolaridade apresentaram distribuições menores, destacando-se ensino médio incompleto (18 casos, 6,25%), ensino fundamental completo (20 casos, 6,94%), e educação superior incompleta (14 casos, 4,86%).

Os trabalhadores com baixa escolaridade – englobando aqueles com ensino fundamental incompleto ou apenas parcialmente concluído – representaram 26 casos (9,03%), enquanto 34 casos (11,81%) foram classificados como "ignorado/branco", indicando ausência ou inconsistência no registro da escolaridade.

A evolução dos casos ao longo dos anos demonstra um crescimento das notificações principalmente entre trabalhadores com ensino médio completo e educação superior completa. O grupo com ensino médio completo registrou um aumento de 17 casos em 2020 para 24 casos em 2024, enquanto aqueles com ensino superior completo passaram de 6 casos em 2020 para 24 em 2024, um crescimento significativo.

Para o Teste G, este demonstrou um valor de G = 51,9, com 32 graus de liberdade e p = 0,0146; , indicando uma associação estatisticamente significativa entre as duas variáveis. Considerando a presença de frequências reduzidas em categorias da tabela de contingência, foi aplicada a correção de Williams, resultando em valor ajustado de G = 47,6, com p = 0,0374;.

Figura 2 - Distribuição dos casos de transtornos mentais ocupacionais segundo o nível de escolaridade, por ano de notificação de 2020 a 2024.



Fonte: Colares TV, et al., 2025. Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN).

Os dados revelam variações na distribuição dos casos ao longo dos anos, com destaque para o ensino médio completo como a categoria com maior número de notificações. A distribuição das notificações segundo a ocupação dos trabalhadores afetados pelos transtornos mentais relacionados ao trabalho no período de 2020 a 2024 revelou uma diversidade de categorias profissionais acometidas. No total, foram registrados 288 casos.

Os dados mostram uma predominância de notificações entre profissionais da área da saúde, com destaque para enfermeiros (10 casos), técnicos de enfermagem (8 casos) e agentes comunitários de saúde (13 casos). Além disso, outras categorias também apresentaram registros expressivos, como professores de diversos níveis de ensino (14 casos no total), trabalhadores do setor administrativo, como assistentes administrativos (11 casos) e operadores de caixa (10 casos).

Os trabalhadores do setor de serviços gerais também figuraram entre os mais afetados, com destaque para faxineiros (3 casos), empregados domésticos (5 casos) e atendentes de lanchonete (9 casos). No setor de segurança, vigilantes e agentes de segurança penitenciária também registraram notificações (7 e 5 casos, respectivamente). No que se refere à evolução anual, houve um aumento progressivo no número de notificações, passando de 43 casos em 2020 para 87 casos em 2024.

A distribuição dos transtornos mentais relacionados ao trabalho, segundo o setor econômico das atividades desempenhadas pelos trabalhadores, revela um padrão heterogêneo ao longo dos anos analisados (2020-2024). O total de casos registrados durante o período foi de 288, com um aumento progressivo, especialmente nos anos mais recentes.

O setor com maior número de registros foi a Administração Pública em Geral (CNAE 75116), com 46 casos, seguido pela Defesa (CNAE 75221) e pela Segurança e Ordem Pública (CNAE 75248), ambos com 5 casos cada. Esses resultados sugerem uma tendência significativa de ocorrência de transtornos mentais em setores que envolvem altas demandas psicológicas e carga horária intensiva.

Outros setores com incidência relevante incluem Atividades de Atendimento Hospitalar (CNAE 85111), com 7 casos, e Transporte Rodoviário de Carga (CNAE 49302), com 6 casos. Essas áreas são conhecidas por apresentar condições de trabalho desafiadoras, incluindo turnos exaustivos e alto nível de responsabilidade.

Dentre os setores de comércio e serviços, destaca-se o Comércio Varejista de Mercadorias em Geral - Hipermercados e Supermercados (CNAE 47113), com 9 casos, o que pode estar relacionado à pressão por produtividade e interações constantes com o público.

Setores industriais, como a Fabricação de Produtos de Padaria, Confeitaria e Pastelaria (CNAE 15814), e Fabricação de Artefatos Diversos de Plástico (CNAE 25291), tiveram ocorrências esparsas, com 2 e 3 casos, respectivamente. No entanto, esses setores podem apresentar subnotificação devido a dificuldades de acesso aos serviços de saúde mental. O levantamento também identificou um número considerável de registros classificados como "Brancos" (n=70).

Dentre os diagnósticos específicos, os transtornos neuróticos, transtornos relacionados ao estresse e transtornos somatoformes (CID F40-F48) se destacaram como os mais prevalentes, contabilizando 132 casos ao longo do período. Esse grupo de transtornos apresentou variação anual, oscilando entre 15 casos em 2021 e 41 casos em 2024, reforçando a importância da vigilância sobre condições de trabalho que favorecem o desenvolvimento desses distúrbios. A fim de identificar as combinações que mais contribuíram para essa associação, foram analisados os resíduos padronizados da matriz de contingência, apresentados na **Figura 3**.

Figura 3 - Mapa de calor de resíduos padronizados (teste G de independência) entre categorias diagnósticas de transtornos mentais (CID-10) e ano de notificação.



Fonte: Colares TV, et al., 2025. Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN).

Os valores representam os resíduos padronizados de cada célula da matriz de contingência. Células com valores superiores a +2 (em vermelho) indicam excesso de casos observados em relação ao esperado sob independência; valores inferiores a -2 (em azul) indicam déficit de casos.

A Síndrome de Burnout (CID Z73.0) foi a segunda categoria mais frequente, com 64 registros no total. Esse transtorno apresentou um crescimento contínuo ao longo dos anos, passando de 3 casos em 2020 para 25 em 2024, indicando um agravamento das condições ocupacionais que levam ao esgotamento profissional.

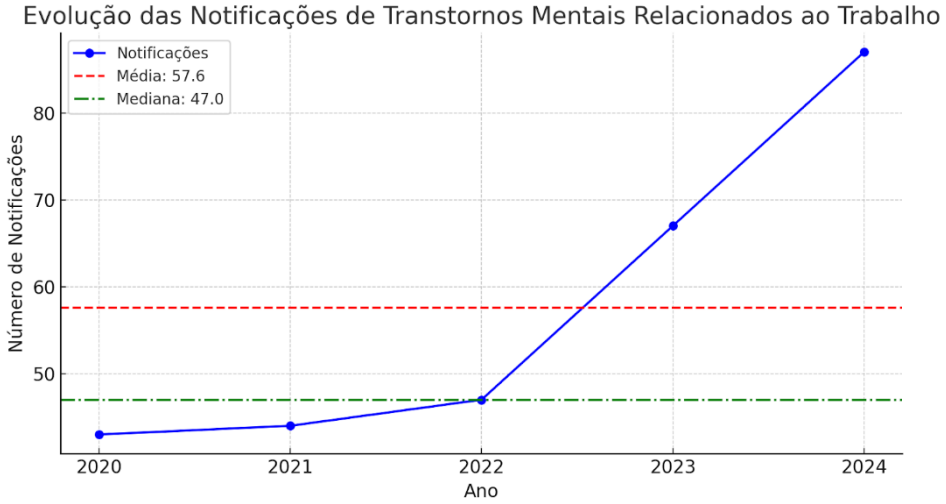
Outros diagnósticos relevantes incluem os transtornos do humor (CID F30-F39), que somaram 15 casos, e os riscos potenciais à saúde relacionados a circunstâncias sociais e psicológicas (CID Z55-Z65), com 19 registros. Embora menos expressivos em números absolutos, esses diagnósticos apontam para aspectos psicossociais que impactam a saúde mental dos trabalhadores e que merecem atenção no contexto da saúde ocupacional.

Além disso, um número considerável de notificações apresentou ausência de preenchimento do CID, totalizando 46 casos. Da mesma forma, 5 casos foram classificados como “Outros CID’s não listados”, demonstrando a diversidade de transtornos que podem estar relacionados ao ambiente de trabalho.

Por fim, diagnósticos menos frequentes, como os transtornos da personalidade e do comportamento do adulto (CID F60-F69), transtornos mentais não especificados (CID F99-F99) e sintomas e sinais relacionados à cognição, percepção e comportamento (CID R40-R46), registraram ocorrências isoladas, mas não devem ser negligenciados, visto que podem representar subnotificação ou dificuldades no diagnóstico preciso desses agravos.

A análise da distribuição temporal das notificações de transtornos mentais relacionados ao trabalho em Santa Catarina entre os anos de 2020 e 2024 revela um aumento progressivo no número de casos registrados. Em 2020, foram notificadas 43 ocorrências, número que se manteve semelhante em 2021, com 44 registros. Em 2022, houve um leve aumento para 47 notificações. Entretanto, a partir de 2023, observou-se um crescimento mais expressivo, com 67 registros, seguido de um aumento ainda maior em 2024, que totalizou 87 notificações.

Figura 4 - Evolução das notificações de transtornos mentais relacionados ao trabalho de 2020 a 2024.



Fonte: Colares TV, et al., 2025. Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN).

De modo geral, os dados revelam uma tendência crescente nas notificações de transtornos mentais relacionados ao trabalho no estado de Santa Catarina entre 2020 e 2024, com destaque para o aumento expressivo observado nos anos de 2023 e 2024. A diversidade diagnóstica, somada à presença de registros incompletos ou não especificados, reforça a necessidade de aprimoramento nas práticas de notificação e vigilância epidemiológica, além de evidenciar a complexidade dos agravos mentais no contexto ocupacional.

DISCUSSÃO

A distribuição dos casos de transtornos mentais relacionados ao trabalho concentrou-se nas faixas etárias de 20–34 e 35–49 anos, conforme apontado na literatura, que destaca os trabalhadores em idade produtiva como os mais expostos a fatores psicossociais estressores, como carga excessiva, insegurança no emprego e dificuldade de conciliação entre vida pessoal e profissional (BOS JT, et al., 2013; LI F, et al., 2022).

Apesar do aumento absoluto de casos entre 2020 e 2024, o Teste G e a correção de Williams não indicaram associação significativa entre faixas etárias e anos de notificação, sugerindo crescimento proporcional entre os grupos etários, sem variações estruturais ao longo do tempo.

A maior ocorrência entre mulheres (72,6%) confirma achados anteriores sobre sua maior vulnerabilidade a estressores ocupacionais, como jornadas duplas, sobrecarga emocional e desigualdades de gênero (KINNEAR LC e NAIDOO A, 2024; JEON MK, et al., 2022). Mesmo com o aumento expressivo de notificações entre os sexos, especialmente entre mulheres (crescimento >120%), não houve associação significativa com os anos de notificação, apontando estabilidade proporcional entre os sexos.

A predominância de notificações entre trabalhadores brancos pode refletir tanto sua maior presença em ocupações formais quanto melhor acesso a serviços de saúde e notificação (SALARDI P, 2014; YEARBY R, et al., 2022). Entretanto, o aumento expressivo de casos entre pardos em 2024 pode indicar maior exposição a fatores estressores ou ampliação do acesso à atenção psicossocial (SIQUEIRA JS e FERNANDES RCP, 2021). O Teste G revelou associação significativa entre raça/cor e ano de notificação ($p < 0,0001$), sugerindo possíveis mudanças no perfil de adoecimento, influenciadas por precarização laboral e subnotificação histórica em populações racializadas.

A escolaridade mais comum entre os casos foi o ensino médio completo (39,24%) e o superior completo (21,88%). Esses níveis estão associados a ocupações com maior demanda cognitiva, pressão e competitividade — fatores de risco para sofrimento mental (MOTA AI, et al., 2021; BAKA L, et al., 2023). O crescimento de casos entre trabalhadores com escolaridade elevada, especialmente de nível superior, pode refletir maior suscetibilidade ou acesso e sensibilidade à identificação desses agravos (JAGODICS B e SZABÓ É, 2022). Já a sub-representação de trabalhadores com baixa escolaridade pode decorrer de subnotificação e menor busca por atendimento (KIM HS e YEOM HA, 2018).

As notificações se concentraram em profissionais da saúde, educação e serviços administrativos. Enfermeiros, técnicos de enfermagem e agentes comunitários destacaram-se, refletindo exposição a sobrecarga, risco ocupacional e exigências emocionais intensas, agravadas pela pandemia (ZHANG N, et al., 2022; ROTENSTEIN LS, et al., 2023). Professores e assistentes administrativos também apresentaram números expressivos, relacionados à pressão, conflitos interpessoais e precarização (FIRMAN, et al., 2022). Ocupações com atendimento direto ao público — como operadores de caixa e atendentes de lanchonete — também foram fortemente afetadas, possivelmente devido a jornadas exaustivas, baixa remuneração e instabilidade (GRIMMOND T, et al., 2024; ZEWUDE B e HABTEGIORGIS T, 2021).

O grupo de transtornos neuróticos, relacionados ao estresse e somatoformes (CID F40–F48), foi o mais frequente, reforçando a influência de fatores psicossociais como produtividade, conflitos e insegurança (MEHRAEEN M, et al., 2024; SHIMA S e SATOH E, 2006). A Síndrome de Burnout (CID Z73.0), segunda mais comum, apresentou crescimento progressivo, refletindo esgotamento ocupacional crônico, especialmente em setores como saúde e educação (BAZMI E, et al., 2019; KHAN FH, 2023). Outros diagnósticos, como transtornos do humor (F30–F39) e situações psicossociais adversas (Z55–Z65), evidenciam a complexidade dos determinantes sociais. A presença de códigos como F99, R40–R46, e 46 casos sem classificação CID revelam fragilidades nas notificações, comprometendo a acurácia dos dados (BOSKOVIC I, et al., 2024).

A evolução das notificações demonstrou crescimento progressivo. Embora os números tenham se mantido estáveis entre 2020 e 2022, houve aumento acentuado a partir de 2023, com pico de 87 notificações em 2024. Esse aumento pode decorrer do agravamento das condições psicossociais no trabalho, melhorias na vigilância em saúde do trabalhador (SALONIEMI A, et al., 2004; KETELAAR SM, et al., 2014) e dos efeitos da pandemia de COVID-19, como sobrecarga de profissionais, insegurança ocupacional e intensificação do trabalho remoto (BENDIXEN L e SCHEEL T E, 2024; SOARES JP, et al., 2022). Esses achados destacam a necessidade de estratégias preventivas e apoio à saúde mental no trabalho, além da continuidade da vigilância epidemiológica desses agravos.

CONCLUSÃO

O presente estudo identificou um crescimento consistente nas notificações de transtornos mentais relacionados ao trabalho em Santa Catarina entre 2020 e 2024, com predominância entre mulheres,

indivíduos brancos, trabalhadores com ensino médio completo e vinculados aos setores da saúde, educação e serviços. A análise estatística evidenciou associação significativa entre os anos de notificação e as variáveis raça/cor e escolaridade, sugerindo alterações no perfil sociodemográfico dos trabalhadores acometidos ao longo do período. A alta prevalência de síndromes relacionadas ao estresse ocupacional, notadamente Burnout, reforça a relevância de ações intersetoriais voltadas à vigilância e prevenção dos agravos psíquicos no contexto laboral.

REFERÊNCIAS

1. AHOLA K. Burnout ocupacional e saúde. People and Work Research Reports, 2007; 1(1): 1–119.
2. AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA), et al. DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. Artmed Editora, 2014.
3. ARTAL FJC, CABRERA CV. Burnout Syndrome in an International Setting. Burnout for Experts, 2012; 3(1): 15–35.
4. BAKA L, et al. Toward a better understanding of the health impairment process. Types of demand and burnout component matter. Frontiers in Psychiatry, 2023; 13(2).
5. BAZMI E, et al. Job Burnout and Related Factors among Health Sector Employees. Iranian Journal of Psychiatry, 2019; 14(4): 309.
6. BENEDICTO RP, et al. Análise da evolução dos transtornos mentais e comportamentais ao longo das revisões da Classificação Internacional de Doenças. Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog, 2013; 9(1): 25–32.
7. BOS JT, et al. Perceptions of mental workload in Dutch university employees of different ages: a focus group study. BMC Research Notes, 2013; 6(1).
8. BOSKOVIC I, et al. The spectrum of response bias in trauma reports: Overreporting, underreporting, and mixed presentation. Psychological Injury and Law, 2024; 1(1): 1–13.
9. BRASIL. Ministério da Saúde. Transtorno Mental Relacionado ao Trabalho. Brasília: Ministério da Saúde, 30 set. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/saude/. Acessado em: 26 de junho de 2024.
10. BRASIL. Secretaria Municipal da Saúde. Transtorno Mental Relacionado ao Trabalho. São Paulo: Secretaria Municipal da Saúde, 06 fev. 2025. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/. Acessado em: 26 de junho de 2025.
11. CAMPOS ICM, et al. Moral harassment at work model and inability. WORK: A Journal of Prevention, Assessment & Rehabilitation, 2012; 41(1): 2060–2067.
12. DANIELSSON L, et al. Working in dissonance: experiences of work instability in workers with common mental disorders. BMC Public Health, 2017; 17(1): 1-12.
13. FIRMAN, et al. Influence of Interpersonal Conflict and Social Norms towards Organizational Conflict and Lecturer Occupational Stress. International Journal of Instruction, 2022; 15(4): 645–666.
14. GRANDÓN P, et al. An Integrative Program to Reduce Stigma in Primary Healthcare Workers Toward People With Diagnosis of Severe Mental Disorders: A Protocol for a Randomized Controlled Trial. Frontiers in Psychiatry, 2019; 10(1): 1-15.
15. GRIMMOND T, et al. Workplace-related determinants of mental health in food and bar workers in Western, high-income countries: A systematic review. American Journal of Industrial Medicine, 2024; 67(8): 696–711.
16. JACOB KS, PATEL V. Classification of mental disorders: a global mental health perspective. The Lancet, 2014; 383(9926): 1433–1435.
17. JAGODICS B, SZABÓ É. Student burnout in higher education: A demand-resource model approach. Trends in Psychology, 2022; 31(4): 1-9.
18. JEON MK, et al. Emotional Dissonance, Job Stress, and Intrinsic Motivation of Married Women Working in Call Centers: The Roles of Work Overload and Work-Family Conflict. Administrative Sciences, 2022; 12(1): 27-35.
19. KETELAAR SM, et al. Improving Work Functioning and Mental Health of Health Care Employees Using an E-Mental Health Approach to Workers' Health Surveillance: Pretest–Posttest Study. Safety and Health at Work, 2014; 5(4): 216–221.

20. KHAN FH. Stress and Burnout in the Higher Education Sector in Pakistan: A Systematic Review of Literature. Academia.edu, 2023; 3(1): 1–12.
21. KIM HS, YEOM HA. The association between spiritual well-being and burnout in intensive care unit nurses: A descriptive study. Intensive and Critical Care Nursing, 2018; 46(1): 92–97.
22. KINNEAR LC, NAIDOO A. Double shift, double stress: How female manufacturing managers cope with work–family conflict. SA Journal of Industrial Psychology, 2024; 50(1): 1-15.
23. KNUTH BS, et al. Mental disorders among health workers in Brazil. Ciência & Saúde Coletiva, 2015; 20(8): 2481–2488.
24. LI F, et al. Moderating Effects of Self-Efficacy and Time Pressure on the Relationship Between Employee Aging and Work Performance. Psychology Research and Behavior Management, 2022; 15(1): 1043–1054.
25. MEHRAEEN M, et al. Job Burnout among Employees and Therapists in Counseling Centers for Behavioral Diseases in Iran. Original Article JOHE, 2023; 12(4): 1-12.
26. MOSCONE F, et al. The impact of precarious employment on mental health: The case of Italy. Social Science & Medicine, 2016; 158(2): 86–95.
27. MOTA AI, et al. Teachers Voices: A Qualitative Study on Burnout in the Portuguese Educational System. Education Sciences, 2021; 11(8): 392-399.
28. OMS. Organização Mundial da Saúde. Saúde Mental no Trabalho. 2024. Disponível em: https://www.who.int/. Acessado em: 26 de junho de 2024.
29. ROLLAND F, et al. Mental health and working conditions among French medical students: A nationwide study. Journal of Affective Disorders, 2022; 306(1): 1-13.
30. ROTENSTEIN LS, et al. The Association of Work Overload with Burnout and Intent to Leave the Job Across the Healthcare Workforce During COVID-19. Journal of General Internal Medicine, 2023; 38(8): 1-12.
31. SALARDI P. The Evolution of Gender and Racial Occupational Segregation Across Formal and Non-Formal Labor Markets in Brazil, 1987 to 2006. Review of Income and Wealth, 2014; 62(S1): 68–89.
32. SALONIEMI A, et al. The Work Environment in Fixed-Term Jobs: Are Poor Psychosocial Conditions Inevitable? Work, Employment and Society, 2004; 18(1): 193–208.
33. SHIMA S, SATOH E. Somatoform disorders in the workplace in Japan. International Review of Psychiatry, 2006; 18(1): 35–40.
34. SIQUEIRA JS, FERNANDES RCP. Demanda psicossocial e demanda física no trabalho: iniquidades segundo raça/cor. Ciência & Saúde Coletiva, 2021; 26(10): 4737–4748.
35. SOARES JP, et al. Burnout-related factors in health professionals during the Covid-19 pandemic: an integrative review. Saúde em Debate, 2022; 46(1): 385–398.
36. STAMER JM, et al. From Industrial Policy to Regional and Local Locational Policy: Experience from Santa Catarina/Brazil. Boletim de Pesquisa Latino-Americana, 1999; 18(4): 451–468.
37. YEARBY R, et al. Structural Racism In Historical And Modern US Health Care Policy. Health Affairs, 2022; 41(2): 187–194.
38. ZEWUDE B, HABTEGIORGIS T. Victimizations and surviving of workplace violence against waitresses in southern Ethiopia. Plos One, 2021; 16(12): 1-15.
39. ZHANG N, et al. Effects of role overload, work engagement, and perceived organizational support on nurses' job performance during the COVID-19 pandemic. Journal of Nursing Management, 2022; 30(4): 1-16.
40. BENDIXEN L, SCHEEL TE. Drawbacks of work intensification during the COVID-19 pandemic for procrastination and irritation: work from home as a further risk and social support as a potential buffer? Frontiers in organizational psychology, 2024; 2(1): 1-12.